



## **ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DOS CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL DO IPREVI –13/12/2016**

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, às 11:00 (onze) horas, na Sala de Reuniões do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia – IPREVI, localizado à Rua Prefeito Assumpção, nº 175, Centro, Itatiaia-RJ, deu-se início a décima segunda reunião ordinária dos Conselhos Deliberativo e Fiscal do IPREVI, no exercício vigente, convocados para a presente reunião, através da Carta/CD/IPREVI/013/2016 e Carta/CF/IPREVI/013/2016. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Valdirene Rocha, Gilda de Fátima Viana de Carvalho, Dante Cibelius da Silva, César Rodrigues Rocha, Mário Célio Maia Gouvêa, os membros do Conselho Fiscal: Hudson Valério M. de Oliveira, Richard de Sousa Queiroz, Maria José Leite Mendes de Oliveira, Marta Rocha Jardim Mourão, Ives Pereira Tavares, a servidora do Instituto Ana Cristina Faustino e a Presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos do Município de Itatiaia, Sra. Terezinha das Dores Barbosa. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação da Avaliação Atuarial pelo atuário Sr. Julio Machado Passos; b) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Novembro/2016; c) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Novembro/2016; d) Apresentação e aprovação do Balancete mês: Outubro/2016; e) Outros. A Diretora Superintendente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os Conselheiros e em seguida passou a palavra para o atuário Sr. Julio Machado Passos. O mesmo cumprimentou a todos e começou sua explanação falando do déficit atuarial e as possíveis soluções para equacioná-lo por um determinado período. Enfatizou que o débito existe e que compete ao executivo procurar meios para solucioná-lo. Em ato contínuo começou a apresentar o estudo atuarial e o seu objetivo. Através do presente estudo atuarial foi realizado a avaliação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Itatiaia, administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia – IPREVI, data base 2015. Os dados para este estudo foram extraídos do banco de dados do RPPS, o qual possui as condições e elementos necessários para o trabalho a ser realizado. O estudo está em conformidade com todo o ordenamento legal federal vigente. Foi apresentado pelo atuário um relatório que apresenta um diagnóstico do sistema previdenciário sob a ótica atuarial visando mensurar o valor das Reservas Matemáticas e de um possível Déficit ou Superávit Atuarial. Também são apontadas as alíquotas de contribuições necessárias para o Equilíbrio Atuarial. Coube dizer que para o estudo, objeto deste trabalho, os cálculos se basearam em metodologias e formulações consagradas internacionalmente, as quais atendem as normas gerais

previstas na legislação federal, vigente. As informações individuais dos servidores, seus dados cadastrais, constituem os elementos mais importantes para um cálculo atuarial confiável e consistente. As variáveis como data de nascimento, data de ingresso no serviço público e os vencimentos são essenciais para determinar a data em que os servidores irão adquirir o direito aos benefícios e o valor dos mesmos. Os cálculos foram realizados com data base de 31/12/2015. A base cadastral foi recebida pela VPA em 10/11/2016. Foram utilizadas informações individuais dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas. O atuário Sr. Júlio Machado Passos, explanou sobre o déficit existente e suas conseqüências, assim como das possíveis soluções para o equacionamento do mesmo. A elevação do percentual da contribuição previdenciária patronal, no patamar sugerido na NIA nº 304/2014, ou no máximo permitido pela legislação é insuficiente para sanar o déficit atuarial. A solução apresentada na avaliação atuarial referente ao aporte financeiro é inviável financeiramente, diante da crise econômica enfrentada pelo município. Ressaltou que a segregação de massa é o instrumento que possui os mecanismos mais adequados para solucionar o déficit atuarial, e propôs oito cenários para composição do referido equacionamento. Após explanação dos cenários com suas especificidades, hipóteses, contribuições, dados, reservas matemáticas, estatísticas de ativos, plano financeiro, despesas total patronal inicial, pontos favoráveis e desfavoráveis e esclarecimentos de todas as dúvidas, a Diretora Superintendente Sra. Alessandra Arantes Marques pediu para que o Conselho se manifestasse a cerca dos cenários apresentados pelo Sr. Julio Machado Passos. Por unanimidade o Conselho se manifestou favorável ao cenário 5 (cinco) considerando esse o que melhor atende o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia - IPREVI. O cenário 5 - Plano Previdenciário - Ativos : admitidos após 31/12/2000, Inativos: Todos em benefício após 60 anos. Plano Financeiro – Ativos: admitidos até 31/12/2000, Inativos: Todos em benefício até 60 anos, Pensionistas: Todos em benefício até a data da publicação. Contribuições – Patronal: 14,32% (quatorze vírgula trinta e dois por cento), Ativos, inativos e pensões: 11% (onze por cento). Com esse cenário deixará de ser deficitário apresentará um Superávit Atuarial no Plano Previdenciário no valor de R\$ 14.919.203,29 (quatorze milhões, novecentos e dezenove mil, duzentos e três reais e vinte e nove centavos) atingindo uma porcentagem de 24,79% (vinte e quatro vírgula setenta e nove por cento). Após explanação o atuário informou que o documento seria encaminhado ao Ministério da Previdência para análise e só após essa avaliação por parte da instituição é que o Instituto irá saber se foi aceito ou não o plano de equacionamento do déficit, para após ser encaminhado o projeto de lei a Câmara Municipal de Itatiaia instituindo um novo plano de custeio. A Diretora fez a entrega do Relatório Mensal de Investimentos do mês de Novembro/2016, elaborado pela Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos. Foi demonstrado que no mês de novembro os recursos do IPREVI estão alocados da seguinte forma: Fundos de Renda Fixa e Variável, instituição Banco do Brasil Gestão de Recursos DTVM o montante de R\$ 12.669.475,99 (doze milhões,

seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos), Caixa Econômica Federal o montante de R\$ 43.840.852,68 (quarenta e três milhões, oitocentos e quarenta mil, oitocentos e cinqüenta e dois reais e sessenta e oito centavos), Itaú Unibanco o valor de R\$ 8.690.395,20 (oito milhões, seiscentos e noventa mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte centavos), Banco Bradesco o valor de R\$ 6.423.826,66 (seis milhões, quatrocentos e vinte e três mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), BEM DTVM (Adm. Bradesco) o valor de R\$ 987.330,74 (novecentos e oitenta e sete mil, trezentos e trinta reais e setenta e quatro centavos), BRB DTVM (Adm. Infinity) o valor de R\$ 671.666,30 (seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e trinta centavos), Oliveira Trust (Adm. Ourinvest) o montante de R\$ 73.815,31 (setenta e três mil, oitocentos e quinze reais e trinta e um centavos), BNY MELLON (Adm. Macro Invest) o montante de R\$ 57.692,74 (cinqüenta e sete mil, seiscentos e noventa e dois reais e setenta e quatro centavos). Nos Segmentos de Renda Fixa totaliza o montante de R\$ 64.615.711,05 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e onze reais e cinco centavos), sendo 87,97% (oitenta e sete vírgula noventa e sete por cento) e R\$ 8.799.344,57 (oito milhões, setecentos e noventa e nove mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinqüenta e sete centavos), sendo 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) aplicado em Renda Variável. Dando sequência, foi apresentado e entregue aos conselheiros o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência mês: novembro/2016, assinado pela Tesoureira Sra. Carolina Tavares de Lima, matrícula 1006, apresentando um valor global no mês de novembro de R\$ 73.451.710,84 (setenta e três milhões, quatrocentos e cinqüenta e um mil, setecentos e dez reais e oitenta e quatro centavos), evidenciando rentabilidade de R\$ -405.202,46 (menos quatrocentos e cinco mil, duzentos e dois reais e quarenta e seis centavos). Foi apresentado o relatório mensal da Empresa Crédito e Mercado demonstrando que no fechamento de novembro a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -0,55% (menos zero vírgula cinqüenta e cinco por cento) frente uma meta atuarial para o mesmo período de 0.64% (zero vírgula sessenta e quatro por cento), representando assim um atingimento de -85,16% (menos oitenta e cinco vírgula dezesseis por cento) da Meta Atuarial. No período de Janeiro a novembro evidenciou o retorno de R\$ 9.301.755,84 (nove milhões, trezentos e um mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), a rentabilidade da carteira do Instituto no período acumulado foi de 14,62% (quatorze vírgula sessenta e dois por cento) frente uma meta atuarial para o mesmo período de 11,73% (onze vírgula setenta e três por cento), representando assim um atingimento de 124,57% (cento e vinte e quatro vírgula cinqüenta e sete por cento) da meta atuarial. Foi discutida a estratégia de aplicação e resgate dos recursos do IPREVI, ficando acordado pelos conselheiros presentes que adotaremos a recomendação da empresa de consultoria no sentido de mantermos uma exposição de 50% (cinqüenta por cento) nos vértices mais longos (dos quais 20% direcionados para o IMA-B 5+ e/ou IDKA 20A e 30% para o IMA-B Total), 20% (vinte por cento) para os

vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) e 5% para o vértice mais curto, representado pelo IRF-M 1, e mesmo pelo DI, face a constituir uma reserva estratégica de liquidez e proteção das carteiras. Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos. A atual escassez de crédito para a produção e o consumo tem gerado prêmios de risco, que possibilitam uma remuneração que supera as metas atuariais. Quanto à renda variável, a Empresa de Consultoria recomenda uma exposição de no máximo 25% (vinte e cinco por cento), já incluídas as alocações em fundos multimercado (5%), em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%). Por fim lembrou que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejarem o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo. A Diretora apresentou o Balancete do mês de Outubro/2016 que foi assinado pelo conselho, deliberando sua aprovação, conforme artigo 81, inciso I, alínea e da lei nº 369/2002. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques, deu por encerrada a reunião.